

APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal, tudo bem? Aqui é o professor Julio Cardozo e estou apresentando para vocês a correção da prova de Contabilidade Geral da SEFA-PA, Fiscal de Rendas.

Foram 20 questões, mas infelizmente tivemos 5 questões problemáticas e apresentamos as sugestões de recursos.

Espero que gostem e qualquer dúvida, me avisem no instagram (@profjuliocardozo).

CONTABILIDADE GERAL

41. (FADESP/Sefa-PA/Fiscal de Rendas/2022) As empresas A e B firmaram um contrato para fornecimento de materiais da primeira à segunda empresa. Aos direitos e obrigações previstos no referido contrato eram aplicados critérios de reconhecimento e conceitos de mensuração, que os tornavam interdependentes. Em dado momento, sem qualquer acerto, as empresas deixaram de cumprir o referido contrato. Situação como a apresentada caracteriza o que o CPC 00 define como

(A) conciliação contratual.

(B) contrato executório.

(C) equilíbrio contratual.

(D) contrato intermitente.

(E) contrato administrativo.

Gabarito: B

De acordo com o CPC 00 (R2), item 4.56, 6 contratos executório é o contrato, ou parte de contrato, que é igualmente não cumprido – nenhuma das partes cumpriu qualquer de suas obrigações, ou ambas as partes cumpriram parcialmente suas obrigações em igual extensão.

O contrato executório estabelece o direito combinado com a obrigação de trocar recursos econômicos. O direito e a obrigação são interdependentes e não podem ser separados. Assim, o direito e a obrigação combinados constituem um único ativo ou passivo.

42. (FADESP/Sefa-PA/Fiscal de Rendas/2022) A companhia Marajó S/A apresentou os seguintes elementos patrimoniais e de resultados referentes a sua operacionalização no ano de 2021:

ELEMENTOS	SALDOS EM REAIS
Receita bruta	2.400.000,00

Créditos a receber	160.000,00
Bens de uso	300.000,00
Bens de renda	1.200.000,00
Impostos a recolher	98.000,00
Receitas antecipadas	200.000,00
Capital social	1.500.000,00
Empréstimos a diretores	688.400,00
Estoque de produtos acabados	480.000,00
Impostos sobre vendas	495.600,00
Capital a Integralizar	320.000,00
Depreciação Acumulada	118.000,00
Despesas Antecipadas	144.000,00
Reservas	380.000,00
Matéria prima a pagar	240.000,00
Custo dos produtos vendidos	840.000,00
Mão-de-obra a pagar	325.000,00
Caixa	225.000,00
Estoque de produtos em elaboração	120.000,00
Despesas operacionais	288.000,00

De posse dos saldos desses elementos patrimoniais e de resultados, pode-se dizer que, após a apuração de resultados e antes das destinações do lucro, o patrimônio líquido da companhia Marajó S/A apresentou um saldo, em reais, de

- (A) 1.560.000,00.
- (B) 2.656.400,00.
- (C) 2.336.400,00.

(D) 2.832.000,00.

(E) 1.960.400,00.

Gabarito: C

Efetuando as devidas classificações, teremos:

Contas	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Patrimônio Líquido (Incluindo contas de resultado)
Receita Bruta				R\$ 2.400.000,00
Créditos a Receber	R\$ 160.000,00			
Bens de Uso		R\$ 300.000,00		
Bens de Renda		R\$ 1.200.000,00		
Impostos a Recolher			R\$ 98.000,00	
Receitas Antecipadas			R\$ 200.000,00	
Capital Social				R\$ 1.500.000,00
Empréstimos a Diretores		R\$ 688.400,00		
Estoque de Produtos Acabados	R\$ 480.000,00			
Impostos sobre vendas				-R\$ 495.600,00
Capital a Integralizar				-R\$ 320.000,00
Depreciação Acumulada		-R\$ 118.000,00		
Despesas Antecipadas	R\$ 144.000,00			
Reservas				R\$ 380.000,00
Matéria Prima a Pagar			R\$ 240.000,00	
Custo dos Produtos Vendidos				-R\$ 840.000,00
Mão de Obra a pagar			R\$ 325.000,00	
Caixa	R\$ 225.000,00			
Estoque de Produtos em Elaboração	R\$ 120.000,00			

Despesas Operacionais				-R\$ 288.000,00
Total	R\$ 1.129.000,00	R\$ 2.070.400,00	R\$ 863.000,00	R\$ 2.336.400,00

43. (FADESP/Sefa-PA/Fiscal de Rendas/2022) Com os mesmos saldos da companhia Marajó S/A, apresentados na questão anterior, pode-se dizer que o Ativo Não Circulante apresentou um total, em reais, de

- (A) 1.382.000,00.
- (B) 2.188.400,00.
- (C) 1.770.400,00.
- (D) 2.070.400,00.
- (E) 1.500.000,00.

Gabarito: D

No grupo ativo não circulante temos o Realizável em Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e Intangível:

Contas	X Ativo Não Circulante
Bens de Uso	R\$ 300.000,00
Bens de Renda	R\$ 1.200.000,00
Empréstimos a Diretores	R\$ 688.400,00
Depreciação Acumulada	-R\$ 118.000,00
Total	R\$ 2.070.400,00

Gabarito é a alternativa D.

44. (FADESP/Sefa-PA/Fiscal de Rendas/2022) A empresa Delivery Ltda. apura seus resultados mês a mês pelo regime de competência. Para a apuração do resultado do mês de agosto/2019, o contador da empresa considerou as seguintes informações:

FATOS	VALORES
Compra de material em agosto/2019, pago em setembro/2019	190,00
Despesa de agosto/2019, paga em setembro/2019	115,00

Receita de agosto/2019, recebida em setembro/2019	150,00
Compra de material em agosto/2019, pago em agosto/2019	210,00
Despesa de setembro/2019, paga em agosto/2019	260,00
Receita de setembro/2019, recebida em agosto/2019	410,00
Despesa de agosto/2019, paga em agosto/2019	250,00
Receita de agosto/2019, recebida em agosto/2019	340,00

No final do referido mês, o contador apurou o resultado econômico, pelo regime de competência, e o resultado financeiro, pelo regime de caixa. Os resultados das apurações são

- (A) lucro de 95 e saldo de caixa de -60,00.
- (B) prejuízo de 55 e saldo de caixa de 60,00.
- (C) lucro de 95 e saldo de caixa de 60,00.
- (D) prejuízo de 55 e saldo de caixa de 150,00.
- (E) lucro de 55 e saldo de caixa de 30,00.

Gabarito: E, porém, cabe recurso, pois não há resposta.

Sugestão de recurso:

Diante do gabarito exposto pela banca, solicitamos a ANULAÇÃO da questão, pois a mesma não possui gabarito correto.

De acordo com o CPC 00 (R2), item 1.17, o regime de competência reflete os efeitos de transações e outros eventos e circunstâncias sobre reivindicações e recursos econômicos da entidade que reporta nos períodos em que esses efeitos ocorrem, **mesmo que os pagamentos e recebimentos à vista resultantes ocorram em período diferente.**

Ou seja, para o Regime de Competência, o que é importante para o reconhecimento de receitas e despesas é o momento do respectivo fato gerador e não as entradas ou saídas de caixa.

Por seu turno, para o regime de caixa, o que importa é o efeito financeiro, isto é, uma despesa é reconhecida quando paga e uma receita quando recebida, ainda que o seu fato gerador ocorra em momento distinto.

Assim sendo, vamos apurar o resultado da empresa pelo regime de competência e de caixa.

	Regime de Competência
Compra de material em agosto/2019, pago em setembro/2019	0
Despesa de agosto/2019, paga em setembro/2019	-R\$ 115,00

Receita de agosto/2019, recebida em setembro/2019	R\$	150,00
Compra de material em agosto/2019, pago em agosto/2019	0	
Despesa de set/2019, pago em agosto/2019	0	
Receita de set/2019, recebida em ago/2019	0	
Despesa de agosto/2019, pago em ago/2019	-R\$	250,00
Receita de ago/2019, recebida em ago/2019	R\$	340,00
Resultado	R\$	125,00

Já pelo regime de caixa, temos:

	Regime de Caixa	
Compra de material em agosto/2019, pago em setembro/2019	0	
Despesa de agosto/2019, pago em setembro/2019	0	
Receita de agosto/2019, recebida em setembro/2019	0	
Compra de material em agosto/2019, pago em agosto/2019	-R\$	210,00
Despesa de set/2019, pago em agosto/2019	-R\$	260,00
Receita de set/2019, recebida em ago/2019	R\$	410,00
Despesa de agosto/2019, pago em ago/2019	-R\$	250,00
Receita de ago/2019, recebida em ago/2019	R\$	340,00
Resultado	R\$	30,00

Percebam que não há resposta correta, por isso a questão deve ser anulada. A banca cometeu, ainda, uma impropriedade ao chamar resultado pelo regime de caixa de "saldo de caixa". Saldo pressupõe que haja um saldo inicial mais as variações e, assim, o saldo final. A questão não informa saldo inicial de caixa e nos dá informações apenas para informarmos o resultado financeiro, ou seja, as variações ocorridas no caixa.

Chamar o resultado financeiro de SALDO de caixa é um erro crasso, por esse motivo, a questão deve ser anulada.

45. (FADESP/Sefa-PA/Fiscal de Rendas/2022) A Cia. Celestial detém 80% de participação no capital da investida, a Cia. Noturna, conforme o balanço patrimonial apresentado por elas em 31 de dezembro de 2021.

Ativo	Cia. Celestial	Cia. Noturna
<i>Circulante</i>		
Caixa	2.200,00	1.400,00
Banco	2.200,00	1.500,00
Duplicatas a receber	2.800,00	1.500,00
Estoque	2.000,00	1.000,00
<i>Não Circulante</i>		
Ações da Cia. Noturna	2.800,00	
Ativo Total	12.000,00	5.400,00
Passivo		
<i>Circulante</i>		
Fornecedores	1.800,00	1.900,00
<i>Patrimônio Líquido</i>		
Capital Social	7.000,00	2.000,00
Reservas de lucros	3.200,00	1.500,00
Passivo + PL Total	12.000,00	5.400,00

O lançamento de eliminação do Patrimônio Líquido da Cia. Noturna em contrapartida ao valor do investimento da Cia Celestial é

- (A) D- Capital Social - 1.600,00 D- Reservas de lucro - 1.200,00 C- Ações da Cia Noturna - 2.800,00.
- (B) D- Capital Social - 400,00 D- Reservas de lucro - 300,00 C- Ações da Cia Noturna - 700,00.
- (C) D- Capital Social - 2.000,00 D- Reservas de lucro - 1.500,00 C- Ações da Cia Noturna - 3.500,00.
- (D) D- Capital Social - 7.000,00 D- Reservas de lucro - 3.200,00 C- Ações da Cia Noturna - 10.200,00.
- (E) D- Capital Social - 9.000,00 D- Reservas de lucro - 4.700,00 C- Ações da Cia Noturna - 13.700,00.

Gabarito: A

A Cia Celestial possui 80% de participação da Cia Noturna, assim sendo, estamos diante de uma situação de controle. Nesse caso, na consolidação, temos que eliminar a participação da controladora no capital social da investida, apresentando separadamente a participação dos acionistas não controladores.

Assim sendo, temos que eliminar a participação da controladora no patrimônio líquido da controlada, o que representa:

Eliminar a conta de ativos - Ações da Cia. Noturna: 2.800 e na conta de PL Capital Social ($2000 \times 0,8 = 1.600$) e Reservas de Lucros = $(1.500 \times 0,80) = 1.200$.

Fica assim:

D - Capital Social 1.600

D - Reservas de Lucros	1.200
C - Ações da Cia Noturna	2.800

46. (FADESP/Sefa-PA/Fiscal de Rendas/2022) Em 31 de dezembro de 2019, a Cia. Rio S/A possuía 60% das ações da Cia. Lagoa, comprada por R\$ 110.000,00, classificando-a como coligada. Ao final do exercício de 2020, a Cia. Lagoa teve um lucro de R\$ 50.000,00 e pagou dividendos de R\$20.000,00. A Cia. Rio vendeu toda a sua participação na Cia. Lagoa em 31 de dezembro de 2020, por R\$ 80.000,00 à vista.

O resultado apurado com a venda da participação na coligada foi de

- (A) R\$ 80.000,00.
- (B) R\$ 30.000,00.
- (C) R\$ 20.000,00.
- (D) R\$ 15.000,00.
- (E) R\$ 12.000,00.

Gabarito: E

Sugestão de recurso:

De acordo com a Lei 6.404/76, investimentos em coligadas são avaliados pelo Método da Equivalência Patrimonial, vejam:

Avaliação do Investimento em Coligadas e Controladas

Art. 248. No balanço patrimonial da companhia, os investimentos em coligadas ou em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum serão avaliados pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com as seguintes normas: (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

O Método da Equivalência Patrimonial (MEP) consiste em reconhecer o resultado auferido pela investida na medida em que ocorre, e não apenas quando há distribuição de dividendos. Por essa metodologia, QUALQUER ALTERAÇÃO no Patrimônio Líquido da Investida é reconhecida pela Investidora, no resultado do exercício ou diretamente no Patrimônio Líquido, o que chamamos de **Outros Resultados Abrangentes**.

Vamos analisar a questão apresentada.

Em 31 de dezembro de 2019, a Cia. Rio S/A possuía 60% das ações da Cia. Lagoa, comprada por R\$ 110.000,00, classificando-a como coligada. Ao final do exercício de 2020, a Cia. Lagoa teve um lucro de R\$ 50.000,00 e pagou dividendos de R\$20.000,00.

Como a Cia Lagoa reconheceu lucro de 50.000, a Cia Rio irá reconhecer o ganho com equivalência patrimonial de $50.000 \times 0,60 = 30.000$ com o seguinte lançamento:

D - Ativo Não Circulante - Investimentos R\$ 30.000

C - Ganho com Equivalência Patrimonial R\$ 30.000

Também vai reconhecer a distribuição de dividendos da seguinte maneira:

D - Bancos R\$ 12.000

C - Ativo Não Circulante - Investimentos R\$ 12.000

Após essas contabilizações, o valor contábil dos investimentos da Cia Lagoa na Cia Rio será de $110.000 + 30.000 - 12.000 = \text{R\$ } 128.000$.

Agora podemos apurar o resultado da venda dos investimentos que é a diferença entre o valor de venda e o valor contábil:

Resultado da Venda = $80.000 - 128.000 = (48.000)$ uma perda de capital.

Percebam que a questão não possui resposta correta, por esse motivo, deve ser ANULADA.

47. (FADESP/Sefa-PA/Fiscal de Rendas/2022) A Cia. Anonimus S.A., durante o ano de 2020, obteve lucro de R\$ 60.000,00, dos quais distribuiu dividendos de R\$ 18.000,00, entre outros, para a Cia. Popular S.A., para a qual vendeu 20% de seu capital social em 2019.

Considerando-se essas informações, pode-se afirmar que a Cia. Popular S.A., em 31/12/2020,

- (A) reconheceu receita de dividendos no valor de R\$ 2.400,00.
- (B) reconheceu receita de equivalência patrimonial de R\$ 12.000,00.
- (C) reconheceu aumento da participação societária em R\$ 12.000,00.
- (D) reconheceu um lucro de R\$ 18.000,00.
- (E) teve seu Patrimônio Líquido aumentado em R\$ 18.000,00.

Gabarito: B

Com a participação é de 20%, portanto, a banca considerou que seria uma situação de coligação e o investimento será avaliado pelo Método da Equivalência Patrimonial.

Lei 6404/76 Art. 243 § 1º: São coligadas as sociedades nas quais a investidora tenha influência significativa.
§ 4º Considera-se que há influência significativa quando a investidora detém ou exerce o poder de participar nas decisões das políticas financeira ou operacional da investida, sem controlá-la.

§5º É presumida influência significativa quando a investidora for titular de 20% (vinte por cento) ou mais do capital votante da investida, sem controlá-la.

Nesse caso, a Cia Popular irá reconhecer uma receita de equivalência patrimonial de $60.000 \times 0,20 = 12.000$.

Vamos analisar as demais alternativas:

(A) reconheceu receita de dividendos no valor de R\$ 2.400,00. Errado, como o investimento é avaliado pelo MEP, não reconhecemos receita com dividendos, mas a contabilização será:

Dividendos recebidos = 20% de 18.000 = R\$ 3.600,00.

Contabilização:

D - Bancos R\$ 3.600

C - Ativo Não Circulante - Investimentos R\$ 3.600

(C) reconheceu aumento da participação societária em R\$ 12.000,00. **Errado**, na verdade houve um aumento de 12.000 referente ao ganho com MEP e redução de 3.600 pela distribuição de dividendos: R\$ 8.400

(D) reconheceu um lucro de R\$ 18.000,00. Errado, a Cia Popular reconheceu uma receita com MEP de R\$ 12.000.

(E) teve seu Patrimônio Líquido aumentado em R\$ 18.000,00. Errado, o efeito no Patrimônio Líquido foi aumento de R\$ 12.000 pela Receita com MEP.

Gabarito: B

48. (FADESP/Sefa-PA/Fiscal de Rendas/2022) Em fevereiro de 2019, a Empresa Tacaxinha S/A abriu uma nova filial no Estado do Pará, cujo investimento foi de R\$ 1.200.000,00, registrado no imobilizado, e R\$1.500.000,00, no estoque. No entanto, no primeiro ano de funcionamento, a empresa contabilizou um ajuste de perda de valor recuperável de R\$ 21.000,00. Em 2021, a Empresa Parazinho entrou em contato querendo comprar a unidade no valor de R\$ 1.000.000,00. Porém, ao se fazer uma análise no fluxo de caixa descontado da unidade, apurou-se um valor de R\$ 1.100.000,00. Nesse contexto, o contador da Empresa Tacaxinha deve

(A) estornar o total da perda de valor recuperável de R\$ 1.700.000,00.

(B) registrar um complemento de perda de valor recuperável de R\$ 21.000,00.

(C) manter o valor do investimento, já que não houve perda do valor recuperável.

(D) reconhecer um complemento de perda do valor recuperável de R\$ 79.000,00.

(E) reverter parte da perda do valor recuperável no valor de R\$ 121.000,00.

Gabarito: D

Questão que trata da aplicação do teste de recuperabilidade de ativos. Temos um item do ativo imobilizado que foi avaliado por R\$ 1.200.000 e no primeiro ano de funcionamento houve o reconhecimento de uma perda por recuperabilidade de R\$ 21.000.

O item ficou apresentado no balanço da seguinte maneira:

Ativo Imobilizado	R\$ 1.200.000,00
(-) Perda por recuperabilidade	(R\$ 21.000)
= Valor Contábil	R\$ 1.179.000,00

No ano seguinte, vamos aplicar o teste de recuperabilidade novamente e vamos encontrar o valor recuperável desse ativo que é o MAIOR entre o valor em uso (R\$ 1.100.000) e o valor justo líquido de despesa de venda R\$ 1.000.000,00, ou seja, R\$ 1.100.000.

Temos um ativo registrado na Contabilidade por R\$ 1.179.000, mas só conseguimos recuperar R\$ 1.110.000, portanto, temos que reconhecer uma perda adicional de R\$ 79.000,00.

49. (FADESP/Sefa-PA/Fiscal de Rendas/2022) A Cia. Noite S.A. é cliente da Cia. Tarde S.A., da qual compra equipamentos industriais de grande porte para uso nas suas atividades operacionais. A Cia. Tarde adquire para revender esses equipamentos da Cia. Manhã S.A., que produz cada unidade no tempo médio de 380 dias. A Cia. Tarde, cliente fiel da Cia. Manhã, tem prazo médio de pagamento de sua fornecedora de 380 dias, pois leva tempo igual para realizar a venda desses equipamentos. Considerando-se essas informações, a classificação dos equipamentos industriais nas Cias. Noite, Manhã e Tarde são, respectivamente,

- (A) ativo circulante, realizável a longo prazo e ativo imobilizado.
- (B) ativo circulante, ativo circulante e ativo imobilizado.
- (C) ativo imobilizado, ativo circulante e ativo realizável a longo prazo.
- (D) ativo imobilizado, ativo circulante e ativo circulante.
- (E) ativo realizável a longo prazo, ativo imobilizado e ativo circulante.

Gabarito: C - Cabe Recurso

De acordo com o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, item 68, o ciclo operacional da entidade é o tempo entre a aquisição de ativos para processamento e sua realização em caixa ou seus equivalentes.

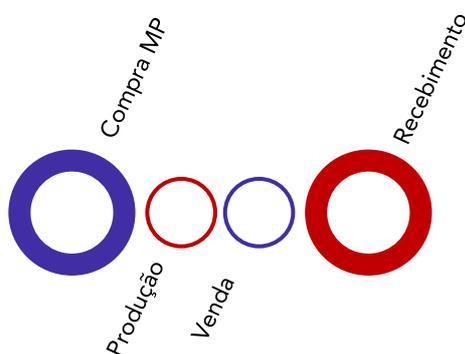
Além disso, segundo o parágrafo único do artigo 179 da Lei das SAs:

Na companhia em que o ciclo operacional da empresa tiver duração maior que o exercício social, a classificação no circulante ou longo prazo terá por base o prazo desse ciclo.

Um primeiro aspecto digno de nota é que esta disposição vale tanto para o ativo como para o passivo.

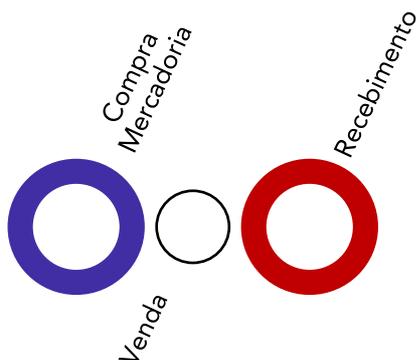
O ciclo operacional de uma empresa industrial é o prazo que a empresa leva para comprar matéria-prima, produzir, vender e receber.

Esquematizemos o Ciclo operacional empresa industrial:



Para uma empresa comercial, é o prazo médio entre a aquisição de mercadorias, venda e recebimento dos clientes.

Esquematizemos o Ciclo operacional empresa comercial:



Agora, vamos analisar a questão:

Cia. Noite: utiliza os equipamentos em suas atividades operacionais, portanto, é um ativo imobilizado.

Cia Manhã: 380 para produzir + 380 para receber, então, ciclo operacional 760. As máquinas são produzidas para revenda e o recebimento ocorre dentro do ciclo operacional, portanto, temos um ativo circulante.

Cia. Tarde: As máquinas adquiridas para revenda e a empresa possui um ciclo operacional bem definido, nesse caso, a classificação correta deveria ser como ativo circulante. Todavia, a banca classificou com ativo não circulante realizável em longo prazo.

Sugestão de recurso:

Diante do gabarito exposto, solicitamos a ALTERAÇÃO DE GABARITO da questão de C para D pelos motivos que serão expostos.

A questão afirma que a Cia. Tarde adquire equipamentos da Cia. Manhã S.A para revenda., que produz cada unidade no tempo médio de 380 dias.

O CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, no item 66 afirma:

Ativo circulante

66. O ativo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:

(a) espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;

(b) está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;

(c) espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; ou (

d) é caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos devem ser classificados como não circulantes.

Ou seja, se um item satisfizer qualquer uma dessas condições, deverá ser classificado como ativo circulante.

Destacamos que o item b afirma que se um item está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado, deve ser classificado como um ativo circulante.;

Ademais, o item 68 do CPC 26 afirma ainda que os ativos circulantes incluem ativos (tais como estoque e contas a receber comerciais) que são vendidos, consumidos ou realizados como parte do ciclo operacional normal, **MESMO QUANDO NÃO SE ESPERA QUE SEJAM REALIZADOS NO PERÍODO DE ATÉ DOZE MESES APÓS A DATA DO BALANÇO. (GRIFO NOSSO).**

Considerando que as máquinas foram adquiridas para negociação, a classificação deve ser no ativo circulante e não como realizável em longo prazo.

Portanto, solicitamos que a questão tenha seu gabarito alterado ou seja anulado.

50. (FADESP/Sefa-PA/Fiscal de Rendas/2022)A Cia. Manhã S.A. decidiu expandir suas atividades operacionais, para tanto optou, entre as várias formas de financiamento disponíveis, pela emissão de 10.000 debêntures a R\$ 100,00 cada. A data da captação foi 03/01/2018. O prazo definido para as debêntures é de 10 anos e juros simples com taxa anual de 6%. Houve custo para a captação dos recursos no valor de R\$ 40.000,00, pagos na data da transação. Ficou estipulado o valor de R\$ 120.000,00 de prêmios na emissão das debêntures da Cia.

No dia 03/01/2018, após a contabilização desses fatos, pode-se dizer que foi gerado(a) um(a)

- (A) passivo de R\$ 1.080.000,00.
- (B) passivo de R\$ 1.040.000,00.
- (C) receita financeira de R\$ 120.000,00.
- (D) despesa financeira de R\$ 40.000,00.
- (E) despesa financeira de R\$ 120.000,00.

Gabarito: A

Pessoal, questão que trata da contabilização da emissão de debêntures com prêmio. A questão solicitou a contabilização no momento inicial, assim, atendendo ao regime de competência, qualquer alternativa que tenha conta de despesa ou receita está errada.

Receitas e Despesas referentes à emissão de debêntures serão apropriadas ao resultado AO LONGO DA OPERAÇÃO e não no momento inicial. Por isso já eliminamos as alternativas C, D e E.

A questão fala que houve custo na emissão de debêntures de 40.000. No momento inicial, esse valor ficará contabilizado em uma conta retificadora do passivo e será apropriado ao resultado por competência.

Além disso, houve um prêmio na emissão das debêntures; esse saldo será contabilizado como uma receita antecipada no passivo da empresa e será apropriada ao resultado como receita financeira.

A contabilização ficará:

D - Bancos (Captação Líquida)	R\$ 1.080.000 (ativo)
D - Custos de Transação a Apropriar	R\$ 40.000,00 (passivo)
C - Prêmio na emissão de debêntures	R\$ 120.000,00 (passivo)
C - Debêntures a Resgatar	R\$ 1.000.000,00 (passivo)

Houve aumento no ativo e no passivo de R\$ 1.080.000.

OBS: não houve necessidade de separar as contas em circulante e não circulante, pois ele pediu o efeito no total do passivo.

51. (FADESP/Sefa-PA/Fiscal de Rendas/2022) A contabilização em “propriedades para investimento” e em “Imobilizado” costuma gerar dúvidas nos profissionais de Contabilidade.

Nesse sentido, para esclarecimento da contabilização em relação a esses dois elementos, são exemplos, respectivamente, a aquisição de

(A) dois veículos, um para uso nas atividades operacionais da Cia. e outro para revenda.

(B) ações de outras empresas, sendo uma parte em ações ordinárias, em caráter permanente, e outra parte em ações preferenciais, para venda no curto prazo.

(C) máquinas para uso na produção e aquisição de terreno para alugar.

(D) dois galpões, um para obtenção de valorização e outro para uso nas atividades operacionais da Cia.

(E) dois terrenos, um para ampliação da fábrica e outro para alugar.

Gabarito: D

Vamos analisar cada situação apresentada:

(A) dois veículos, um para uso nas atividades operacionais da Cia. e outro para revenda. **Errado**, um veículo usado nas atividades operacionais deve ser classificado como imobilizado, já o veículo adquirido para revenda é classificado como ativo circulante - estoques.

(B) ações de outras empresas, sendo uma parte em ações ordinárias, em caráter permanente, e outra parte em ações preferenciais, para venda no curto prazo. **Errado**, participações permanentes em outras empresas devem ser classificadas no ativo não circulante - investimentos, já as ações para venda no curto prazo serão classificadas no ativo circulante.

(C) máquinas para uso na produção e aquisição de terreno para alugar. **Errado**, máquinas para uso na produção são classificadas no ativo imobilizado, já um terreno adquirido para aluguel seria uma propriedade para investimento. O examinador inverteu as alternativas.

(D) dois galpões, um para obtenção de valorização e outro para uso nas atividades operacionais da Cia. **Correto**, esse é o nosso gabarito. Galpão adquirido para valorização atende à definição de Propriedade para Investimento que é, segundo o CPC 28, é a propriedade (terreno ou edifício – ou parte de edifício – ou ambos) mantida (pelo proprietário ou pelo arrendatário como ativo de direito de uso) para auferir aluguel ou para valorização do capital ou para ambas e, não, para: (Alterado pela Revisão CPC 13)

(a) uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades administrativas; ou

(b) venda no curso ordinário do negócio.

Já o galpão usado nas atividades operacionais representa um ativo imobilizado.

(E) dois terrenos, um para ampliação da fábrica e outro para alugar. **Errado**, terreno para ampliação da fábrica é classificado com ativo imobilizado e o destinado para aluguel será classificado como propriedade para investimento.

52. (FADESP/Sefa-PA/Fiscal de Rendas/2022) A Escola Futurista Ltda., fundada em 2019, adquiriu, em 02 de janeiro de 2020, a licença de um software para uso nas aulas, tanto presenciais quanto remotas. A licença custou R\$ 80.000,00 e, para instalar o software em operação, a Futurista Ltda. desembolsou o montante de R\$ 6.000,00. O software ficou apto para uso no dia 05 de janeiro. No contrato de compra e venda consta o prazo de 40 meses para uso da licença pela Futurista Ltda.. Também, o contrato prevê desconto de 5% para pagamento dentro do mesmo mês e 10% para pagamento à vista, no ato da negociação.

A Futurista Ltda. optou pelo pagamento à vista. No final do mês de janeiro de 2020, a contabilidade tem registrado

- (A) intangível de R\$ 80.000,00 e amortização acumulada de R\$ 2.000,00.
- (B) intangível de R\$ 80.000,00 e depreciação acumulada de R\$ 2.000,00.
- (C) intangível de R\$ 78.000,00 e amortização acumulada de R\$ 1.950,00.
- (D) intangível de R\$ 78.000,00 e depreciação acumulada de R\$ 1.950,00.
- (E) intangível de R\$ 86.000,00 e amortização acumulada de R\$ 2.150,00.

Gabarito: C

Para resolvermos essa questão, precisamos saber o custo de aquisição do software de acordo com o CPC 04:

Com base no item 27 do CPC 04:

27. O custo de ativo intangível **adquirido separadamente** inclui:

- (a) seu **preço de compra, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra**, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos;
e
- (b) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo para a finalidade proposta

Portanto, o ativo intangível será registrado por: $80.000 + 6.000$ (instalação) - 8.000 (desconto comercial) = 78.000 .

O desconto 5% para pagamento dentro do mês é financeiro, portanto, não afeta o custo.

Agora, a partir do dia 5/janeiro o intangível será amortizado considerando a vida útil de 40 meses.

Amortização Mensal = $78.000/40 = R\$ 1.950/mês$.

No final do mês de janeiro de 2020, a contabilidade tem registrado o custo do ativo por R\$ 78.000 e a amortização acumulada para um mês de 1.950.

53. (FADESP/Sefa-PA/Fiscal de Rendas/2022) As notas explicativas estão previstas na Lei n. 6.404/1976 e suas alterações posteriores, bem como nos Pronunciamentos do Conselho Federal de Contabilidade. Considerando-se apenas a Lei das Sociedades por Ações, é correto afirmar que as notas explicativas devem indicar os(as)

(A) eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham qualquer efeito sobre a situação financeira da companhia.

(B) investimentos em outras sociedades.

(C) espécies, números, classes e nomes dos detentores das ações do capital social da companhia.

(D) ônus reais contidos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes.

(E) opções de compras de ações no exercício.

Gabarito: D

Os atos relevantes que façam parte das atividades da empresa devem ser apresentados em notas explicativas, como ordena a Lei 6.404/76:

Art. 176. (...) § 4º As demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício.

Art. 176. (...) § 5º As notas explicativas devem: (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

I – apresentar informações sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e das práticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas para negócios e eventos significativos; (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

II – divulgar as informações exigidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil que não estejam apresentadas em nenhuma outra parte das demonstrações financeiras; (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

III – fornecer informações adicionais não indicadas nas próprias demonstrações financeiras e consideradas necessárias para uma apresentação adequada; e (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

IV – indicar: (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

a) os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo; (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

b) os investimentos em outras sociedades, quando relevantes (art. 247, parágrafo único); (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

c) o aumento de valor de elementos do ativo resultante de novas avaliações (art. 182, § 3º); (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

d) os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes; (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

e) a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo; (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

f) o número, espécies e classes das ações do capital social; (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

g) as opções de compra de ações outorgadas e exercidas no exercício; (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

h) os ajustes de exercícios anteriores (art. 186, § 1º); e (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

i) os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia. (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

(A) eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham qualquer efeito sobre a situação financeira da companhia. **Errado**, na verdade, a Lei 6404/76 fala de eventos subsequentes que tenham efeitos RELEVANTES sobre a situação financeira da empresa.

(B) investimentos em outras sociedades. Errado, pois os investimentos devem ser relevantes.

(C) espécies, números, classes e nomes dos detentores das ações do capital social da companhia. **Errado**, não há a necessidade de mencionar o nome dos detentores das ações do capital social.

(D) ônus reais contidos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes. Correto, esse é o nosso gabarito.

(E) opções de compras de ações no exercício. **Errado**, seria as opções de compra de ações outorgadas e exercidas no exercício.

Gabarito: D

54. (FADESP/Sefa-PA/Fiscal de Rendas/2022) A Comercial Eletrônica Ltda. é uma empresa do comércio varejista de eletrônicos. Entre as principais mercadorias que comercializa está o componente A, que é controlado pela empresa utilizando o inventário permanente de estoques, método PEPS. As informações da referida mercadoria no mês de dezembro de 2021 eram:

- em 01/12, saldo em estoque de 10 componentes, registrado pelo valor de R\$ 2.400,00;
- em 08/12, aquisição de um lote de 10 dos mesmos componentes em estoque, pelo valor global na nota fiscal de R\$ 2.750,00, já incluídas as incidências de IPI a 10% e ICMS, alíquota especial, de 15%;
- em 22/12, venda de 14 componentes pelo valor global da nota fiscal de R\$ 5.100,00, com incidência de ICMS à alíquota de 18%.

Com base nas informações dadas, o valor de custo das mercadorias vendidas e o estoque final, pelo método PEPS, são, respectivamente,

- (A) R\$ 3.250,00 e R\$ 1.275,00.
- (B) R\$ 3.350,00 e R\$ 1.425,00.
- (C) R\$ 3.250,00 e R\$ 1.425,00
- (D) R\$ 3.400,00 e R\$ 1.500,00.
- (E) R\$ 3.350,00 e R\$ 1.500,00.

Gabarito: B

Para encontrarmos o CMV e o Estoque Final pelo Método PEPS (Primeiro que entra primeiro a sair) temos que lembrar que o estoque final contém as ÚLTIMAS COMPRAS feitas pela empresa. E o CMV será a saída das mercadorias mais antigas que a empresa possui, vejamos:

A empresa tinha 10 unidades em estoque comprou mais de 10 e vendeu 14. Ou seja, temos 6 unidades no estoque final.

O CMV representa o custo das 10 unidades que foram adquiridas primeiro (dia 01/12) e 4 unidades que foram adquiridas no dia 08/12.

Agora vamos apurar o custo de aquisição dos estoques nas duas situações:

- em 01/12, saldo em estoque de 10 componentes, registrado pelo valor de R\$ 2.400,00;

Como o critério de avaliação é o PEPS, essas 10 unidades avaliadas por R\$ 2.400 já serão lançadas no CMV.

- em 08/12, aquisição de um lote de 10 dos mesmos componentes em estoque, pelo valor global na nota fiscal de R\$ 2.750,00, já incluídas as incidências de IPI a 10% e ICMS, alíquota especial, de 15%;

Como a empresa é comercial, o IPI é NÃO recuperável, sendo lançado no custo dos estoques. Além disso, o ICMS é RECUPERÁVEL e não incide sobre o IPI.

$IPI \text{ na compra} = 2.750 / (1+0,10) = 2.500.$

Como o IPI é for fora, o valor do IPI que será lançado nos estoques é de $2.500 \times 0,10 = R\$ 250$

$ICMS = 2.500 \times 0,15 = R\$ 375$

$\text{Valor Líquido dos Estoques} = 2.750 - 375 = 2.375$; $\text{valor unitário} = 2375/10 = R\$ 237,50$

Contabilização da compra

D - Estoques R\$ 2.375,00

D - ICMS a recuperar R\$ 375,00

C - Bancos/Fornecedores R\$ 2.750,00

Agora, para o cálculo do CMV temos $4 \times 237,50 = R\$ 950,00.$

Portanto, o CMV total foi de $2.400 + 950 = R\$ 3.350,00.$

E o estoque final seriam 6 unidades ao custo unitário de $237,50 = 6 \times R\$ 237,50 = R\$ 1.425,00.$

55. (FADESP/Sefa-PA/Fiscal de Rendas/2022) Com base nas informações da Comercial Eletrônica Ltda., na questão anterior, pode-se afirmar que o saldo do ICMS apurado no mês de dezembro/2021 é

(A) a pagar, de R\$ 543,00.

(B) a recuperar, de R\$ 375,00.

(C) a pagar, de R\$ 918,00.

(D) a recuperar, de R\$ 412,50.

(E) a pagar, de R\$ 505,50.

Gabarito: A

Com o ICMS é um tributo não cumulativo no caso apresentado, temos que confrontar o saldo de ICMS a recuperar na entrada de mercadorias com o ICMS a recolher na saída.

Contabilização do ICMS na compra:

D - Estoques R\$ 2.375,00

D - ICMS a recuperar R\$ 375,00

C - Bancos/Fornecedores R\$ 2.750,00

Contabilização do ICMS na venda:

$5.100,00 \times 18\% = R\$ 918,00$ a recolher.

Percebam que o saldo do ICMS a recolher é maior do que a recuperar, mas a empresa irá pagar aos cofres públicos apenas a diferença: $918 - 375 = R\$ 543,00$. Gabarito A.

56. (FADESP/Sefa-PA/Fiscal de Rendas/2022) A Cia. Popular S.A. obteve um lucro líquido no ano de 2020 de R\$ 45.000,00. Considerando-se que seu imposto de renda é calculado à alíquota de 20% do lucro real e que seu estatuto prevê a participação de empregados à alíquota de 10% e de debenturistas à alíquota de 4%, a provisão para o imposto de renda e a participação de empregados deve ser, respectivamente,

(A) R\$ 10.125,00 e R\$ 5.625,00.

(B) R\$ 9.990,00 e R\$ 4.500,00.

(C) R\$ 10.125,00 e R\$ 4.320,00.

(D) R\$ 9.990,00 e R\$ 5.625,00.

(E) R\$ 10.026,00 e R\$ 4.320,00.

Gabarito: E - Cabe recurso.

Pessoal, essa questão não possui resposta correta, por esse motivo deve ser anulada. Esse tipo de cálculo era cobrado e mistura conceitos da contabilidade com a legislação tributária.

O regulamento do Imposto de Renda chama de "lucro líquido" o lucro antes do imposto de renda. Vamos fazer o cálculo com esse entendimento. Além disso, pela legislação tributária, as participações dos debenturistas e empregados são dedutíveis da base de cálculo do lucro real (lucro do imposto de renda).

Ou seja, essas participações afetam a base de cálculo do imposto de renda, mas elas também são afetadas pelo lucro real. Vejam que doideira! A ESAF usava um método de cálculo chamado de "Imposto de Renda provisório" que era uma doideira e acho que a banca pode ter seguido essa linha.

Considerando que "lucro líquido" seja lucro antes do IR, teríamos o seguinte cálculo:

Apuração do Lucro Real:

LAIR	R\$ 45.000,00
(-) Participações debenturistas (4%)	-R\$ 1.800,00
BC da participação dos empregados	R\$ 43.200,00
(-) Participações Empregados (10%)	-R\$ 4.320,00

Lucro Real	R\$ 38.880,00
Imposto de Renda (20%)	R\$ 7.776,00

Agora, temos que apresentar a demonstração do resultado e calcular novamente as participações estatutárias considerando o valor do imposto de renda apurado:

Lucro Líquido Antes do IR e Participações	R\$ 45.000,00
(-) Provisão para o IR	-R\$ 7.776,00
Lucro Após IR e Antes das Participações	R\$ 37.224,00
(-) Participações debenturistas (4%)	R\$ 1.488,96
BC da participação dos empregados	R\$ 35.735,04
(-) Participações Empregados (10%)	R\$ 3.573,50
Lucro Líquido	R\$ 32.161,54

Percebam que a questão não possui resposta.

Agora, se considerarmos que Lucro Líquido seria o mesmo da Contabilidade, ou seja, o lucro após o IR e as participações, teríamos que fazer um cálculo de "baixo para cima" na DRE e ficaria assim:

Lucro Líquido Antes do IR e Participações	??
(-) Provisão para o IR	??
Lucro Após IR e Antes das Participações	??
Participação debenturistas (4%)	??
BC da participação dos empregados	??
Participação dos empregados (10%)	??
Lucro Líquido	R\$ 45.000,00

Se o lucro líquido é de 4%, a base de cálculo da participação dos debenturistas seria: $45000/0,04 = R\$ 46.875,00$. Usando esses pensamentos, encontramos os elementos que falta na DRE, mas ainda assim não teria resposta correta.

Lucro Líquido Antes do IR e Participações	R\$ 65.104,17
(-) Provisão para o IR	R\$ 13.020,83
Lucro Após IR e Antes das Participações	R\$ 52.083,33
Participação debenturistas (4%)	R\$ 2.083,33
BC da participação dos empregados	R\$ 50.000,00
Participação dos empregados (10%)	R\$ 5.000,00
Lucro Líquido	R\$ 45.000,00

Por esse motivo, a questão deve ser anulada.

57. (FADESP/Sefa-PA/Fiscal de Rendas/2022) Considere as seguintes informações da Demonstração dos Fluxos de Caixa da Cia. Popular S.A. referente ao ano de 2020:

- a Cia. teve seu Capital Social aumentado em R\$ 48.000,00, totalmente integralizado em dinheiro;
- a Cia. apresentou um saldo líquido de caixa de R\$ 300.000,00 referente às suas atividades operacionais;
- a Cia. verificou que seu Disponível aumentou em R\$ 112.000,00 em relação ao ano anterior.

Com base apenas nas informações disponíveis, no registro do fluxo de caixa das atividades de investimento deve constar

- (A) saída líquida de caixa de R\$ 236.000,00.
- (B) entrada líquida de caixa de R\$ 236.000,00.
- (C) saída líquida de caixa de R\$ 140.000,00.
- (D) entrada líquida de caixa de R\$ 140.000,00.
- (E) saída líquida de Caixa de R\$ 460.000,00.

Gabarito: A

Ao elaborarmos a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a variação das disponibilidades representa a soma dos fluxos de caixa gerados ou consumidos pelas atividades operacionais, de financiamento e investimentos. Assim:

$$\text{R\$ } 112.000 = 300.000 + 48.000 + \text{Atividades de Investimentos}$$

Atividades de Investimentos = $112.000 - 348.000 = (236.000)$. Ou seja, as atividades de investimento CONSUMIRAM R\$ 236.000, uma saída líquida de caixa.

58. (FADESP/Sefa-PA/Fiscal de Rendas/2022) A empresa Mineirinha Ltda., que atua no ramo de mineração, descobriu, no ano de 2017, uma mina de ferro com possança estimada de 360 toneladas. No início do ano de 2018, obteve todas as autorizações governamentais para exploração. Os gastos referentes às autorizações para exploração da mina foram de R\$ 80.000,00, e o prazo dado pelo governo é de 6 anos a contar de 01/02/2018. No final do ano, o Contador da empresa verificou que o ritmo de exploração é de 6 ton./mês. Considerando-se que a opção do

contador é pelo método de maior esgotamento do recurso mineral, no Balanço patrimonial da Mineirinha Ltda. os registros relativos a esse bem indicam um valor contábil de

(A) R\$ 53.125,00.

(B) R\$ 48.000,00.

(C) R\$ 49.000,00.

(D) R\$ 52.500,00.

(E) R\$ 47.000,00.

Gabarito: C - Recurso

Uma questão que pede o cálculo da exaustão, mas que apresenta dois métodos de apuração: a "possança" e o prazo da licença de exploração.

A questão afirma que "considerando-se que a opção do contador é pelo método de maior esgotamento do recurso mineral", ou seja, o método deve ser aquele que "termina mais rápido.

A licença do governo é de 6 anos, já a possança da mina é de 360 toneladas, sendo que o ritmo de exploração é de $6 \times 12 = 72$ toneladas/ano o que nos daria 5 anos de exploração.

Portanto, esse é o critério que utilizaremos.

A questão pede o valor contábil da mina após 11 meses de exploração, ou seja, $11 \times 6 = 66$ toneladas de exaustão.

Valor Exaurível = $80.000 \times 66/360 = R\$ 14.666,67$

Valor Contábil = $80.000 - 14.666,67 = R\$ 65.333,33$

Visto que não possui resposta, a questão deve ser anulada.

59. (FADESP/Sefa-PA/Fiscal de Rendas/2022) A empresa Noturna S.A. está passando por um processo de reorganização administrativa e, no levantamento realizado, detectou que alguns bens de seu ativo fixo não haviam sido registrados na contabilidade. Esses bens foram adquiridos em janeiro/2017. Em dezembro/2019 esses bens devem ser registrados no Balanço Patrimonial, são eles:

- 01 trator: valor de compra R\$ 460.000,00, vida útil de 20 anos;

- 01 imóvel: valor de compra de R\$ 1.000.000,00, sendo 60% de edificações (vida útil de 20 anos) e 40% de terreno;

- 01 computador: valor de compra de R\$ 40.000,00 (vida útil de 4 anos).

Considerando-se que a empresa adota o valor residual de 20% para todos esses bens e sem levar em conta qualquer tipo de atualização monetária, o resultado da soma dos valores contábeis desses bens, em 31/12/2019, é de

(A) R\$ 1.288.800,00.

(B) R\$ 1.348.800,00.

(C) R\$ 1.228.800,00.

(D) R\$ 1.068.800,00.

(E) R\$ 1.000.800,00.

Comentários:

Gabarito: B

Para encontrarmos o valor contábil dos ativos mencionados, será necessário calcular a depreciação acumulada do período de 3 anos. Apenas destacamos que terrenos, como regra, não serão depreciados.

- 01 trator: valor de compra R\$ 460.000,00, vida útil de 20 anos;

Valor Depreciável = $460.000 - 20\% \text{ de } 460.000 = \text{R\$ } 368.000,00$

Depreciação Acumulada após 3 anos = R\$ 55.200,00

Valor Contábil = $460.000 - 55.200,00 = \text{R\$ } 404.800,00$

- 01 imóvel: valor de compra de R\$ 1.000.000,00, sendo 60% de edificações (vida útil de 20 anos) e 40% de terreno;

Apenas as edificações, no valor de $1.000.000 \times 0,60 = \text{R\$ } 600.000$ serão depreciadas.

Valor Depreciável = $600.000 - 20\% \text{ de } 600.000 = \text{R\$ } 480.000,00$

Depreciação Acumulada após 3 anos = R\$ 72.000

Valor Contábil = R\$ 528.000,00

- 01 computador: valor de compra de R\$ 40.000,00 (vida útil de 4 anos).

Valor Depreciável = R\$ 32.000,00.

Após 3 anos ele terá depreciado \$ 24.000.

Valor Contábil = 40.000 - 24.000 = R\$ 16.000,00.

Valor Contábil Total dos Ativos = 404.800,00 + 528.000,00 + 400.000 (terreno) + 16.000,00 = R\$ 1.348.800,00.

60. (FADESP/Sefa-PA/Fiscal de Rendas/2022) No início de janeiro/2020, a empresa Noturna S.A., mencionada na questão anterior, recebeu proposta para vender seu trator por R\$ 420.000,00. Caso seja aceita a proposta, e sem considerar qualquer incidência tributária, pode-se afirmar que a Noturna S.A. terá uma(um)

(A) perda de imobilizado de R\$ 52.000,00.

(B) ganho de imobilizado de R\$ 52.000,00.

(C) perda de imobilizado de R\$ 15.200,00.

(D) ganho de imobilizado de R\$ 15.200,00.

(E) perda de imobilizado de R\$ 3.200,00.

Comentários:

O resultado da venda é o valor de venda menos o valor contábil do ativo no momento da venda:

Valor de Venda = 420.000

Valor Contábil do Trator = 460.000 - 55.200,00 = R\$ 404.800,00

Resultado = 420.000 - 404.800 = R\$ 15.200,00

Gabarito: D